



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

(11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
Quarta Internacional

cpe.ufabc@gmail.com

Ano II – Nº 19 – 03 de outubro de 2023

CAMPANHA SALARIAL E REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

A Campanha Salarial e a Reestruturação das Carreiras dos Servidores Públicos Federais se dá no marco da continuidade das contrarreformas burguesas e do bloqueio das direções sindicais e políticas que não respondem a crise econômica e política com uma política proletária e se perfilam por detrás da política burguesa.

Conjuntamente, a novidade está na movimentação do governo burguês de Lula/Alckmin para fazer uma reforma administrativa que enxugue a máquina pública, precarizando as condições de trabalho, eliminando direitos, reduzindo salários, etc. O que mostra o perigo do corporativismo sindical nas propostas de reestruturação das carreiras. Nada impede que o governo aprove um sistema de carreiras que atenda demandas específicas de uma

parte do funcionalismo, desde que divida os servidores e submeta a maioria às condições precárias e instáveis similares à iniciativa privada ou pior, pois não terão direitos específicos deste setor.

A linha política defendida pela Corrente Proletária está na ordem do dia: que nenhum trabalhador, inclusive do funcionalismo, receba menos que um salário-mínimo vital, suficiente para atender todas as necessidades da família trabalhadora, e que haja garantia da estabilidade no emprego para todos os trabalhadores. Os trabalhadores devem se unificar em torno de seu programa próprio. Que os sindicatos e centrais sindicais organizem a luta em defesa dos empregos, salários e direitos! Construir a greve geral contra a reforma administrativa!

CRS É EMPOSSADO E CONVOCA ASSEMBLEIA

O novo Conselho de Representantes Sindicais (CRS) do SinTUFABC tomou posse em 21 de setembro, após alguns meses de inatividade. Com a presença de representantes sindicais e membros da Coordenação Executiva (direção) houve a apresentação das atribuições do CRS e intervenções gerais. Em sua intervenção, o militante da Corrente Proletária saudou o novo CRS, colocando-o não como uma instância protocolar, mas como um meio à maior aproximação cotidiana com a categoria, assim como para discussões, seja de problemas funcionais, como sobrecarga de trabalho e descaso de chefias, ou de problemas políticos, como a participação na CSP-Conlutas, lembrando que a assembleia de eleição de delegados para o V Congresso da Central foi cancelada e continuamos não participando dos fóruns da entidade, e não discutir significa aplicar a política de boicote à decisão de filiação. Outros militantes criticaram a presidência da mesa (Travessia/Psol) da última assembleia, que desrespeitou falas e não considerou questões de ordem, além de ter se comprometido em convocar nova assembleia e não ter encaminhado, impossibilitando a discussão e adesão da categoria à paralisação em 03/10, Dia Nacional em Defesa da Soberania Nacional e dos Serviços Públicos. Houve amplo rechaço à decisão da Reitoria de cortar o ponto dos servidores na paralisação de 10 de agosto. Assim foi proposto e aprovado a convocação de uma assembleia na terça-feira, 03/10 para discutir a Campanha Salarial e o direito de greve na UFABC.

PELO DIREITO IRRESTRITO DE GREVE!

No Boletim N.º 15 publicamos duas notas denunciando o ataque ao direito de greve na UFABC. Diante da paralisação da CPTM, Metrô e outros, hoje novamente a Reitoria da UFABC impôs a compensação de horas aos TAEs, apoiando-se na nefasta legislação antigreve que existe no Brasil. Tal medida recai, sobretudo, aos trabalhadores que não aderiram ao PGD/Teletrabalho. É preciso responder à burguesia e seus cachinhos com a força social dos trabalhadores unificados!

PLENÁRIA DA FASUBRA REJEITA IATAE E GRATIFICAÇÕES POR UNANIMIDADE

Ocorreu em Brasília, nos dias 30 de setembro e 01 de outubro, a última Plenária Nacional Geral da FASUBRA de 2023. Além da análise de conjuntura, a apresentação das propostas de aprimoramento da carreira se restringiu às chapas que compõem a Direção Nacional (DN) da FASUBRA. Uma medida burocrática que cerceia a expressão da delegação sem vínculo com as forças políticas constituídas no âmbito da federação.

Em relação à conjuntura, das quatro chapas, somente a Unidade pra Lutar levantou o problema do bloqueio das direções governistas, da divisão da federação com a criação de conflitos etários, assim como da necessidade de vincular a análise de conjuntura com a proposta de reestruturação da carreira e de construir uma luta unitária e massiva, desde as bases, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, continuam afirmando que ajudaram a eleger o governo burguês de frente ampla.

Na prática, a sistematização das propostas encaminhadas pelas bases (GT Carreira da FASUBRA) para o aprimoramento da carreira realizada pela Comissão Nacional de Supervisão de Carreira (CNSC) também considerou apenas as propostas das chapas/forças políticas, visto que excluíram as propostas que, nacionalmente, não se apresentaram como tendências, ou seja, que foram levantadas apenas por uma ou outra base/entidade, como, por exemplo, licença para pós-doutorado e piso de um salário-mínimo vital. A aprovação por unanimidade da resolução que estabelece que a FASUBRA não apresente ao governo nenhum tipo de proposta de IATAE, gratificações ou semelhantes demonstrou que a justificativa de “ouvir a base” utilizada pelas forças majoritárias no XXIV ConFASUBRA, sobretudo UNIR-CUT e Travessia/TAEs na Luta, para adiar a decisão sobre as gratificações não passou de desculpa. Refletiu a estrutura burocrática da federação e, principalmente, o oportunismo do Travessia/TaEs na Luta que abdicou da defesa da gratificação para não perder a votação e criar uma unidade artificial.

Não pode haver dúvidas sobre a divisão da categoria. Na Plenária, a proposta de mudança da atual matriz hierárquica com a redução dos níveis de classificação (de cinco para três – auxiliar, técnico e analista) e a lateralização da tabela (a referência salarial/vencimento básico de todos os TAEs deixa de ser o padrão de vencimento baseado na classe de capacitação e passa a ser um percentual do Nível E) foi aprovada com 75 votos a favor e 74 contrários, e a proposta de redução do interstício entre progressões por mérito/tempo de serviço de 18 para 12 meses com a possibilidade de aceleração em sete progressões por capacitação foi aprovada com 76 votos a favor e 74 contrários. As abstenções da Chapa UC-PCB/MLC-UP mostraram que não possuem uma resposta.

Ficou claro o oportunismo dos governistas (Travessia/TAEs na Luta[TnL] e UNIR-CUT) que propuseram gratificações. No SinTUFABC é ainda mais grave, pois a frente governista (Travessia/TnL e PT) se uniu para impor uma mordida à minoria no SinTUFABC, impedindo que se votasse contra a IATAE na Plenária e, no final, descumpriu a decisão da assembleia, votando na posição defendida pela minoria do SinTUFABC de não propor gratificação. Não bastasse isso, os delegados governistas caluniaram a delegada da minoria do SinTUFABC divulgando que votou contra a reestruturação da carreira, quando contrariamente ao relatório que indicava a mudança da matriz como tendência de longo prazo, os governistas votaram pela mudança imediata da matriz. Cabe mencionar que a delegada da minoria do SinTUFABC não pôde votar a favor da IATAE, pois sua passagem de retorno foi comprada para o início da noite de domingo, obrigando-a a sair mais cedo do plenário.

A rejeição, pela UNIR/CUT, CTB e Travessia/TAEs na Luta, em aprovar um Calendário de Mobilizações evidenciou que, independente da proposta de reestruturação da carreira aprovada, os governistas não se colocarão para conquistá-la por meio da luta de classes. Ou seja, se limitarão a se reunir com o governo em negociações de cúpula, sem qualquer movimento real de paralisação da economia e enfrentamento à burguesia e seus governos.

A Corrente Proletária não busca adaptar os trabalhadores às arbitrariedades da política burguesa, como as contrarreformas, e defende a unidade do conjunto dos explorados em torno de um salário-mínimo vital, que na reestruturação do PCCTAE se reflete na proposta do menor padrão de vencimento da carreira ser suficiente para cobrir as necessidades do trabalhador e sua família, a partir do cálculo realizado pelos próprios trabalhadores, aqueles que realmente sabem suas necessidades, mas que não seja menor que o calculado pelo Dieese (R\$ 6.389,72 em Outubro/2023).

Um ano do Boletim da CPE-UFABC

A primeira edição do Boletim da Corrente Proletária na Educação (CPE) na Universidade Federal do ABC (UFABC) foi publicada em 28 de setembro de 2022. De lá para cá, publicou-se 19 edições. Sistemáticamente, o boletim responde os problemas concretos enfrentados pela comunidade universitária visando conscientizá-la a partir da política proletária. Trata-se de um boletim independente, financiado pelos próprios lutadores, e de um trabalho militante e consciente para superar a crise de direção revolucionária. Chamamos os trabalhadores e a juventude oprimida a apoiar o boletim, contribuindo à sua reprodução, física e digital, ou enviando denúncias e matérias.

PELA DEMOCRACIA SINDICAL NO SINTUFABC!

O SinTUFABC vive um novo momento da sua história. Ao longo de 2023 passou por uma série de novidades como a reforma estatutária que reduziu a quantidade mínima de membros na Coordenação Executiva (CE), instituiu cotas para mulheres e instâncias virtuais; as eleições de membros da CE e da delegação às Plenárias da FASUBRA por meio de chapas; o não envio de delegação para o Congresso da CSP-Conlutas, etc.

Estes acontecimentos têm grande importância. Muitos acham que se trata de disputas pessoais ou partidárias. Não é disso que se trata. Não é de agora que existem divergências políticas no sindicato. Ocorre que nem sempre eram expostas explicitamente nas instâncias sindicais. Basta ver que pessoas que foram da mesma chapa em eleições passadas passaram a fazer parte de chapas opostas. As diferenças existiam, mas hoje elas são mais transparentes.

O fato da CE ser proporcional causou estranheza em boa parte da categoria, apesar deste formato existir desde a criação do sindicato. Assim muitos consideram que as críticas entre as pessoas que participam das atividades sindicais são fruto da proporcionalidade. Não! A proporcionalidade tão somente possibilita o direito democrático de representação das diferentes posições nas instâncias sindicais (direção, plenária, congresso, etc.), não é ela que cria as divergências.

O sindicato é um instrumento de luta que pertence aos trabalhadores. Não deve ser confundido com a direção da entidade. Os trabalhadores precisam se filiar e participar do sindicato, ainda que possuam críticas às direções. É nos espaços de articulação democrática dos trabalhadores como assembleias e reuniões sindicais que se pode discutir e deliberar posições que, refletindo a diversidade da categoria, nem sempre são unânimes ou consensuais, de modo que se constituem maiorias e minorias.

Um grupo que conquista a maioria dos votos nas eleições à direção do sindicato não é maioria em tudo. As maiorias e minorias são sempre em relação a algo e se formam a cada votação, precedida de discussões em que as pessoas podem ser convencidas. Assim, o fato de uma força política ser maioria na direção não lhe dá o direito de agir em nome da categoria sem convocar regularmente as instâncias sindicais de discussão e deliberação e organizá-las democraticamente.

Eis porque afirmamos que o cancelamento da assembleia convocada para eleger delegados para o V Congresso da CSP-Conlutas foi um golpe da direção majoritária governista que impediu que a assembleia discutisse e deliberasse sobre o envio ou não de delegados ao congresso. Eis porque criticamos o método burocrático de condução das atividades pela atual direção majoritária do SinTUFABC, pelo qual não se organiza coletivamente a reunião das instâncias, encaminhamentos e responsáveis pelas tarefas; oculta-se, censura-se ou falsifica-se posições divergentes; ignora-se propostas e compromissos estabelecidos nas instâncias sindicais, etc. A condução antidemocrática dos trabalhos visa manter, burocraticamente, a hegemonia da força majoritária.

A Corrente Proletária luta para que o SinTUFABC seja um sindicato classista, massivo e combativo, o que só é possível por meio do programa proletário e dos métodos históricos da democracia operária/sindical.